



ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:

5/10/2022

Data de Aceite:

25/11/2022

Data de Publicação:

01/12/2022

Revisor por:João Vicente, Amanda
Maritsa de Magalhães Oliveira***Autor correspondente:**Karla Mendonça Menezes,
karlam.ef@gmail.com**Citação:**MENEZES, K. M.; CARDOSO,
J, A.; QUINES, C. B. Políticas
públicas de saúde no Brasil: um
olhar para o contexto escolar.
**Revista Multidisciplinar em
Saúde**, v. 3, n. 4, 2022. [https://
doi.org/10.51161/rem/3661](https://doi.org/10.51161/rem/3661)**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL:
UM OLHAR PARA O CONTEXTO ESCOLAR**Karla Mendonça Menezes¹, Jannes Alves Cardoso¹, Caroline Brandão Quines¹¹ Programa de Pós Graduação em Gestão em Saúde. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus de Uruguaiiana, Rio Grande do Sul, Brasil.**RESUMO**

Introdução: A Política de Saúde foi instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil, a qual estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Nesse âmbito as diretrizes devem ser alcançadas por meio de políticas sociais e econômicas que visam promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. As principais políticas públicas de saúde no Brasil estão associadas à criação do Sistema Único de Saúde, em 1990, através da Lei nº 8.080. Inserida nesse contexto, a promoção de hábitos saudáveis integra políticas públicas que destacam a escola como espaço promotor de saúde e de formação cidadã, por meio de ações amparadas pelos documentos oficiais que regem a educação brasileira. **Objetivo:** Analisar as ações e programas direcionados ao contexto escolar. **Material e método:** Com abordagem qualitativa e delineamento exploratório e descritivo, foi desenvolvido por meio de uma análise documental, do tipo revisão bibliográfica. A busca pelos documentos foi conduzida na Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde. **Resultados:** Ao considerar as ações direcionadas ao contexto escolar, observou-se que essas são previstas na Atenção Primária à Saúde e estabelecidas pelo Programa Saúde na Escola por meio de ações prioritárias e obrigatórias que devem ser executadas e monitoradas pelas equipes de saúde em parceria com as instituições de ensino. **Conclusões:** Nossas observações evidenciam que existem importantes ações que visam fortalecer a escola enquanto espaço promotor de saúde. Também apontam para a necessidade de promover estratégias de formação e qualificação dos profissionais envolvidos, seja no âmbito educacional ou da saúde, a fim de promover a intersetorialidade do Programa Saúde na Escola.

Palavras-chave: Política Pública de Saúde, Saúde na escola, Gestão em Saúde.**ABSTRACT**

Introduction: The Health Policy was established by the Constitution of the Federative Republic of Brazil, which establishes that health is everyone's right and a duty of the State. In this context, the guidelines must be achieved through social and economic policies that aim to promote universal and equal access to actions and services for the promotion, protection and recovery of health. The main public health policies in Brazil are associated with the creation of the Unified Health System, in 1990, through Law No. 8.080.

In this context, the promotion of healthy habits integrates public policies that highlight the school as a space that promotes health and citizen education, through actions supported by official documents that govern Brazilian education. **Objective:** To analyse the actions and programs directed to the school context. **Materials and method:** With a qualitative approach and an exploratory and descriptive design, it was developed through a document analysis, such as a bibliographic review. The search for documents was conducted in the Virtual Health Library of the Ministry of Health. **Results:** When considering actions aimed at the school context, it was observed that these are provided for in Primary Health Care and established by the School Health Program through priority and mandatory actions that must be carried out and monitored by health teams in partnership with educational institutions. **Conclusions:** our observations show that there are important actions that aim to strengthen the school as a health-promoting space. They also point to the need to promote training and qualification strategies for the professionals involved, whether in the educational or health spheres, in order to promote the intersectionality of the School Health Program. **Keywords:** Public Health Policy, Health at school, Health Management.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas constituem conjuntos de programas, ações e decisões associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008). Para Pessoto; Ribeiro e Guimarães (2015), as políticas públicas devem ser entendidas com referência ao Estado e seu papel histórico em criar alternativas para promover e direcionar o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, ao considerarmos as inúmeras transformações perpassadas nas últimas décadas no contexto político e social brasileiro, percebe-se que a função que o Estado desempenha no cenário atual se associa diretamente à evolução político-social e econômica da sociedade brasileira.

Atualmente, afirma-se que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade por meio do desenvolvimento de uma série de ações que devem atuar diretamente em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, entre outras. Nesse contexto, ao refletir sobre os Determinantes Sociais em Saúde, Souza, Silva e Silva (2013) ponderam que as condições de saúde possuem determinação essencialmente econômica, pois consistem em condições sociais que vão se moldando de acordo com o momento histórico vivido pelo sistema do capital. Em consonância, Lopes, Amaral; Caldas (2008) apontam que a evolução histórica das políticas de saúde está relacionada diretamente a evolução político-social e econômica da sociedade brasileira, não sendo possível dissociá-los.

No Brasil, a Política de Saúde foi instituída pela Constituição da República Federativa do Brasil, a qual estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Essas diretrizes devem ser alcançadas por meio de políticas sociais e econômicas que visam garantir o acesso à saúde para promover a melhor qualidade de vida, reduzindo o risco de doença e promovendo acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1988). Nesse sentido, as políticas públicas de saúde no Brasil representam instrumentos legais responsáveis pela regulamentação dos serviços de saúde.

As principais políticas públicas de saúde no Brasil estão associadas à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1990, através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro, a qual estabelece os compromissos e responsabilidades de competência dos Municípios, dos Estados e da União.

Inserido nesse contexto, o desenvolvimento de temas relacionados à saúde está presente no cotidiano escolar desde os primeiros anos de escolarização, em conformidade com as diretrizes que orientam a educação brasileira. Em 2002, o Ministério da Saúde publicou um informe técnico sobre a Promoção da

Saúde no contexto escolar, no qual apontou que os processos educativos da promoção da saúde têm como eixos a construção de vidas e ambientes mais saudáveis (BRASIL, 2002). Neste documento, destacou-se que o período escolar é fundamental para se trabalhar a promoção da saúde, desenvolvendo ações para a prevenção de doenças e para o fortalecimento dos fatores de proteção e de estratégias de educação em saúde, com ênfase em programas educativos voltados para os riscos comportamentais e hábitos passíveis de mudança, envolvendo conjuntamente os setores da educação e da saúde (BRASIL, 2002). Ainda neste âmbito, estudos apontam que o trabalho educativo em saúde tem avançado através da incorporação de práticas educativas em saúde (CARDOSO; REIS; IERVOLINO, 2008; CARVALHO, 2015; CASEMIRO; FONSECA; SECCO, 2014). No entanto, ressaltam que a construção de práticas pedagógicas relacionadas a interação saúde e educação é um grande desafio frente a complexidade de temas relacionados à saúde, à educação e à promoção da saúde.

Destarte, a promoção de hábitos saudáveis integra políticas públicas que destacam a escola como espaço promotor de saúde e de formação cidadã, por meio de ações amparadas pelos documentos oficiais que regem a educação brasileira. Um recente estudo analisou os documentos curriculares nacionais, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017, e apontou que a presença do tema saúde nos documentos orientadores da Educação Básica indica que a temática assume uma dimensão importante a ser trabalhada no processo de ensino e de aprendizagem em todas as suas etapas (SOUSA; GUIMARÃES; AMANTES, 2019)

Em consonância, ao analisar algumas experiências desenvolvidas no ambiente escolar, o Ministério da Saúde destacou importantes desafios para a consolidação da escola como espaço de promoção da saúde, a saber: ruptura do caráter prescritivo, desarticulado e focalizado das ações; a transformação de metodologias e técnicas pedagógicas tradicionais; o desenvolvimento curricular de forma integrada; formação permanente de docentes; a investigação, continuidade e avaliação das atividades desenvolvidas; e a difusão de informações sobre os avanços e desafios encontrados, entre outros (BRASIL, 2006).

Sustentados por esse escopo teórico, e considerando as potencialidades atreladas às práticas educativas em saúde no contexto escolar, esse estudo se propõe a investigar quais as ações e programas implementados pelo Ministério da Saúde estão direcionadas ao contexto escolar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo teve abordagem qualitativa, com delineamento exploratório e descritivo. Considerando os objetivos propostos foi desenvolvida uma análise documental, do tipo revisão bibliográfica narrativa (GIL, 2008).

A busca pelos documentos que constituem o *corpus* deste estudo foi conduzida na Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde (BVS). Para pesquisa foram utilizados os seguintes descritores em ciências da saúde: “escola”; “saúde na escola”; “promoção da saúde na escola”; “criança”; “adolescente”.

A pesquisa foi realizada entre os meses de março a maio de 2022. Foram investigados os documentos oficiais, relativos às ações e programas implementados pelo Ministério da Saúde, direcionadas ao contexto escolar. Foram considerados na análise os atos normativos da área de saúde mediante consulta a fontes oficiais (manuais, políticas, programas nacionais, legislação). Após leitura preliminar, os documentos que se associaram à temática do estudo foram organizados em uma planilha para posterior categorização. Dada que a consulta se realizou em documentos oficiais publicados pelo Ministério da Saúde, todos os documentos

consultados estavam redigidos em língua portuguesa. Os registros foram apreciados por meio da Análise de Conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (2011), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material, e interpretação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse estudo se propôs a investigar as ações e programas implementados pelo Ministério da Saúde direcionadas ao contexto escolar. Os resultados permitiram inicialmente estabelecer um panorama geral das ações e programas no âmbito do SUS, organizados dentro da Secretaria Executiva; Atenção Primária à Saúde; Atenção Especializada à saúde; Vigilância em Saúde; Trabalho e Educação na Saúde. A seguir, o Quadro 1 descreve sumariamente as ações e programas previstas em cada seção.

Após a identificação e organização do panorama geral das ações e programas, deu-se continuidade a busca pelas ações direcionadas ao contexto escolar. Nessa perspectiva, observou-se que essas são previstas na Atenção Primária à Saúde e estabelecidas pelo Programa Saúde na Escola (PSE) por meio de ações prioritárias e obrigatórias que devem ser executadas e monitoradas pelas equipes de saúde em parceria com as Instituições de Ensino.

O PSE foi instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, que visa ações de educação permanente em saúde e tem caráter intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação, além de promover a articulação intersetorial e interpessoal relacionando-se com a comunidade. Em 2011, o Ministério da Saúde lançou o documento passo a passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade / Ministério da Saúde, destacando seus objetivos, diretrizes, gestão, ações e orientações gerais para o sistema de preenchimento do monitoramento do programa (BRASIL, 2011). As ações propostas pelo PSE dividem-se em: Componente I - Avaliação clínica e psicossocial; Componente II - Prevenção e promoção à saúde; Componente III - Formação.

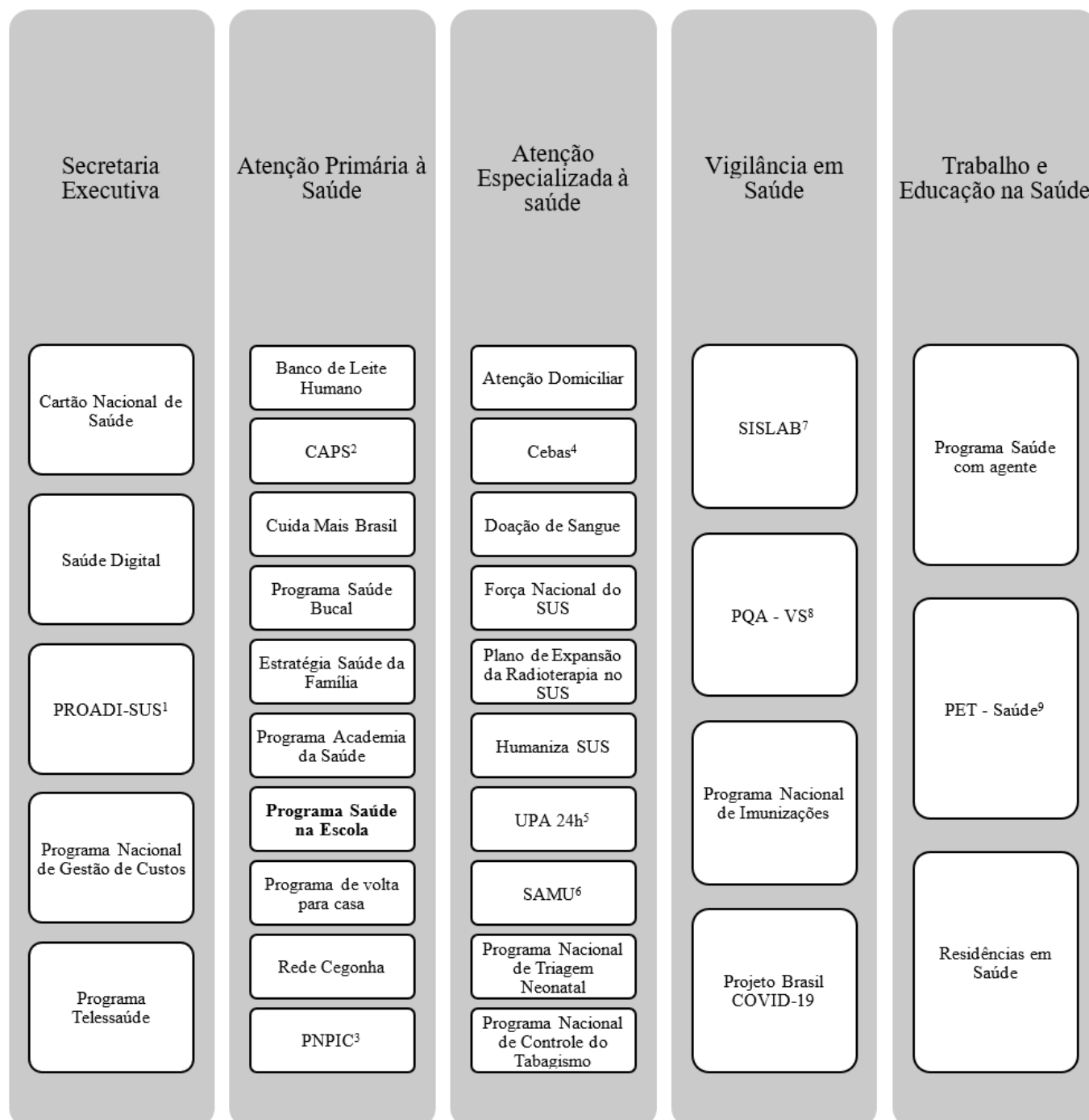
O Componente I, denominado Avaliação clínica e psicossocial, estabelece as ações do ponto de vista epidemiológico que são prioritárias para os estudantes. Essa sessão abrange a avaliação antropométrica; atualização do calendário vacinal; detecção precoce de hipertensão arterial sistêmica (HAS); detecção precoce de agravos de saúde negligenciados (prevalentes na região: hanseníase, tuberculose, malária etc.); avaliação oftalmológica; avaliação auditiva; avaliação nutricional; avaliação da saúde bucal; avaliação psicossocial.

Uma dessas ações educativas visa a prevenção e detecção precoce de sinais e sintomas da hipertensão arterial e é descrita em pesquisas como a realizada por Penido et al. (2022) em um recente estudo que aponta o papel educativo do enfermeiro para uma precoce e efetiva detecção do paciente com Hipertensão Arterial Sistêmica, constando que esses profissionais podem auxiliar no estímulo ao autocuidado e que as práticas educativas devem atender às demandas individuais e familiares para maior adesão por parte do portador de HAS ao tratamento, seja ele não medicamentoso e medicamentoso.

O Componente II, intitulado Prevenção e promoção à saúde contempla as ações baseadas nos temas destacados como prioritários para a implementação da promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos no território. Esse componente contempla as ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; Promoção das práticas corporais e atividade física nas escolas; Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/aids; Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): prevenção ao uso de álcool e tabaco e outras drogas; Promoção da cultura

de paz e prevenção das violências; e Promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, estudos apontam que o trabalho educativo em saúde tem avançado através da incorporação práticas educativas em saúde que utilizam diferentes abordagens e metodologias de ensino (CARDOSO; REIS; IERVOLINO, 2008; CARVALHO, 2015; CASEMIRO; FONSECA; SECCO, 2014; MENEZES et al., 2020; RODRIGUES et al., 2020; RODRIGUES et al., 2019).

Quadro 1 – Ações e Programa implementados pelo Ministério da Saúde no âmbito do SUS.



Nota: Elaborado pelas autoras (2022), com base nas publicações consultadas na Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde. Legenda: ¹Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS; ²Centro de Atenção Psicossocial; ³Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares; ⁴Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde; ⁵Unidade de Pronto Atendimento; ⁶Serviço de Atendimento Móvel de Urgência; ⁷Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública; ⁸Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde; ⁹Programa de Educação pelo Trabalho.

O Componente III, chamado de Formação, corresponde às estratégias utilizadas para o desenvolvimento de estruturas de formação e materiais didático-pedagógicos que atendem às necessidades de implantação das ações. Esse segmento orienta a formação do Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI); formação de Jovens Protagonistas para o PSE/SPE; Formação de profissionais da educação e saúde nos temas relativos ao Programa Saúde na Escola; Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas Públicas; Rede Universidade Aberta do Brasil.

As Secretarias Municipais de Saúde e Educação são responsáveis pelo estabelecimento do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M) para planejar, executar, gerir os recursos financeiro e material do PSE, além de acompanhar e monitorar as ações do PSE no território. O GTI deve possuir representantes da saúde, educação e de outros órgãos/instituições capazes ao desenvolvimento das ações.

Resultados do trabalho desenvolvido pelo Programa de Estudos e Atenção às Dependências Químicas da Universidade de Brasília foram apresentados por Souza et al. (2015) em estudo que apreciou a experiência vivenciada sobre a prevenção e política sobre drogas em escolas públicas do Distrito Federal, relatando a cultura do medo ligada à visão proibicionista presente nas escolas. O curso, realizado em parceria com o Ministério da Educação e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD do Ministério da Justiça, ofertado aos professores de todo o Brasil na modalidade de extensão, em 2012, passou a ser a principal ação de formação continuada para os profissionais da educação, no âmbito do eixo prevenção do programa federal “Crack é Possível Vencer!”

Em estudo realizado sobre as ações de planejamento, execução e monitoramento das atividades desenvolvidas pelo Pedagogo no PSE, Cardoso (2021) evidenciou que a realização de práticas educativas possibilita um desenvolvimento integral do estudante por meio de temas transdisciplinares, repercutindo positivamente em toda a população atendida.

Santos, Teodoro e Queiroz (2016) enfatizam a importância da estruturação e avaliação de programas e projetos educativos para promoção da saúde no ambiente escolar, uma vez que percebem a escola como um ambiente favorável para que se estabeleçam mudanças comportamentais. Não obstante, ressaltam que é preciso pensar os processos de intervenção numa lógica de partilha e de corresponsabilidade, destacando a importância da contextualização para a estruturação dos programas e projetos em saúde que devem estar respaldados na realidade e necessidade socioeconômica e cultural da região. Da mesma forma, suscitam a necessidade de produções científicas que relatem, avaliem e discutam as metodologias e resultados dos programas/projetos existentes, para que esses possam subsidiar as propostas que atendam as especificidades locais.

Considerando essa premissa, recentes estudos que se dedicam a investigar aspectos da promoção da saúde no contexto escolar sugerem que as ações exigem um planejamento sistemático das atividades, o desenvolvimento curricular de forma integrada, bem como a articulação do trabalho interdisciplinar, a fim de estimular a autonomia e a tomada de decisões dos estudantes e que também contemplem a comunidade, a família e a escola nesse processo (MENEZES et al. 2021; MENEZES et al. 2020; MARINHO, 2019; RODRIGUES et al. 2019).

Em consonância, nossas observações evidenciam que existem importantes ações que visam fortalecer o espaço escolar enquanto espaço promotor de saúde, fortalecendo os fatores de proteção e de estratégias de educação em saúde, com ênfase em programas educativos voltados para os riscos comportamentais e hábitos passíveis de mudança, envolvendo conjuntamente os setores da educação e da saúde. Conforme

referido anteriormente, em síntese, essas ações são orientadas por temas destacados como prioritários para a implementação da promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos no contexto escolar, e subsidiadas por estratégias de formação com vistas a atender às necessidades de implantação das ações.

Nesse contexto, ao analisar algumas experiências, o Ministério da Saúde destacou importantes desafios para a consolidação da escola como espaço de promoção da saúde. Dentre eles, a ruptura do caráter prescritivo, desarticulado e focalizado das ações; a transformação de metodologias e técnicas pedagógicas tradicionais; desenvolvimento curricular de forma integrada; a formação permanente de docentes; investigação, continuidade e avaliação das atividades desenvolvidas; e difusão de informações sobre os avanços e desafios encontrados, entre outros (BRASIL, 2006).

Recentemente, frente as demandas e dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19 desde 2020, como a suspensão das aulas presenciais nas escolas, as atividades do PSE foram impactadas resultando na consequente falta de cadastro dos novos alunos e devolutiva das atividades a serem trabalhadas de forma remota pelos professores (CARDOSO, 2021). Nesse sentido, ressalta-se a importância de discutir novas estratégias de direcionamento das ações, a fim de torná-las mais acessíveis tanto para os usuários do programa, como para os profissionais responsáveis por seu desenvolvimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas de saúde visam promover o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Nesse estudo, ao analisar o panorama das ações e programas implementados direcionadas ao contexto escolar, observou-se que essas são previstas na Atenção Primária à Saúde e estabelecidas pelo Programa Saúde na Escola que devem ser executadas e monitoradas pelas equipes de saúde em parceria com as Instituições de Ensino.

Nossas observações evidenciaram que existem importantes ações que visam fortalecer o espaço escolar enquanto espaço promotor de saúde e das relações interpessoais que podem promover o desenvolvimento integral dos educandos. Ressalta-se a importância de ações educativas que sejam condizentes com as demandas das comunidades assistidas, além da necessidade de uma busca ativa nos setores envolvidos no desenvolvimento de suas atividades, sobre possíveis entraves que possam impossibilitar a exploração de determinados temas a serem trabalhados no programa, sejam eles relacionados ao seu planejamento, sua execução e monitoramento. Nesse sentido, evidencia-se também a necessidade de promover estratégias de formação e qualificação dos profissionais atuantes, seja no âmbito educacional ou da saúde, a fim de promover a intersetorialidade do PSE.

CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse de pesquisa

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. A promoção da saúde no contexto escolar. **Ministério da Saúde: Revista de Saúde Pública**, v. 36, p. 533-35, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5

de outubro de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 03 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.286 - Institui o Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2007.

BRASIL. **Escolas promotoras de saúde: experiências do Brasil** (Série Promoção da Saúde, n. 6). Brasília: Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde: 272 p. 2006.

BRASIL. **Instrutivo PSE / Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf. Acesso em: 03 set. 2021.

CARDOSO, J. A. **Atuação do Pedagogo no Programa Saúde na Escola: um estudo de caso**. 82 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Universidade Estadual do Piauí, Campo Maior, 2021.

CARDOSO, V.; REIS, A. P. d.; IERVOLINO, S. A. Escolas Promotoras de Saúde. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 18, n. 2, p. 107-115, 2008. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19872>

CARVALHO, F. F. B. d. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C. d.; SECCO, F. V. M. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 3, p. 829-840, 2014. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.00442013>

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008. 48 p.

MARINHO, J. C. B. **Educação em Saúde na escola: um ensaio sobre aspectos do currículo, do ensino e da aprendizagem**. In: XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2019, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/resumos/1/R0727-1.pdf>. Acesso em 04 set. 2021.

MENEZES, K. M.; RODRIGUES, C. B. C.; CANDITO, V.; GRAUP, S. et al. Educação em saúde no contexto escolar: Contribuições da pesquisa-ação na identificação dos determinantes em saúde. **REVASF**, v. 11, n. 25, p. 253-281, 2021. Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/1390>. Acesso em 30 mai. 2021.

MENEZES, K. M.; RODRIGUES, C. B. C.; CANDITO, V.; SOARES, F. A. A. Educação em saúde no contexto escolar: construção de uma proposta interdisciplinar de ensino-aprendizagem baseada em projetos. **Revista de Educação Popular**, n. Edição Especial, p. 48-66, 2020. <https://doi.org/10.14393/REP-2020-53255>

PENIDO, A. C. R.; MARCHEZANE, R. S. L.; SILVA, A. C. G. et al. O papel do enfermeiro na

assistência ao paciente portador de hipertensão arterial sistêmica. **Physis- Revista de Saúde Coletiva**, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/25466/1/TCC%20-%20HAS%20.pdf>. Acesso em 28/10/2022.

PESSOTO, U. C.; RIBEIRO, E. A. W.; GUIMARÃES, R. B. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.1, p.9-22, 2015. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000100001>

RODRIGUES, C. B. C.; MENEZES, K. M.; CANDITO, V.; LOPES, L. F. D. et al. Determinantes em saúde e estilo de vida de escolares: estudo longitudinal. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, p. e130922158, 2020. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2158>

RODRIGUES, C. B. C.; MENEZES, K. M.; CANDITO, V.; SOARES, F. A. A. Influência de projetos pedagógicos interdisciplinares na atividade física habitual e no estado nutricional. **Educação e Linguagem**, v. 22, n. 2, p. 25-41, 2019. <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v22n2p25-41>

SANTOS, A. A. D.; TEODORO, A.; QUEIROZ, S. Educação em saúde: um mapeamento dos estudos produzidos no Brasil e em Portugal (2000-2013). **Revista Lusófona de Educação**, v. 33, p. 9-22, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=34949131002>. Acesso em 20 mai. 2021.

SOUSA, M. C. D.; GUIMARÃES, A. P. M.; AMANTES, A. A Saúde nos Documentos Curriculares Oficiais para o Ensino de Ciências: da Lei de Diretrizes e Bases da Educação à Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 19, p. 129-153, 2019. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2019u129153>

SOUZA, D. de O.; SILVA, S. E. V.; SILVA, N. O. Determinantes sociais da saúde: reflexões a partir das raízes da “questão social”. **Saúde e Sociedade**, v.22, n.1, p. 44-56, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100006>

SOUZA, M. L. P.; BOTTECHIA, J. A. A.; ARAUJO, J. A.; MARTINS, J. N. R. et al. A prevenção e a política sobre drogas em escolas públicas do Distrito Federal. **Argumentum**, v. 7, n.1, p. 126 -137, 2015. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v7i1.10221>